

## **PROJETO DE LEI Nº 9.575/2023**

Reajusta a remuneração mínima dos servidores do Município de Caruaru/PE e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU, Estado de Pernambuco, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela submete ao Poder Executivo o seguinte Projeto de Lei:

- **Art. 1º** Fica estabelecida a remuneração mínima para os servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do município de Caruaru/PE, sob qualquer vínculo, inclusive inativos e pensionistas, no valor de R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais).
- § 1º Para efeitos desta Lei, entende-se como remuneração mínima a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao padrão ou valor de referência fixado em Lei.
- § 2º A Gerência de Atos de Pessoal e de Folha de Pagamento da Secretaria de Administração, da Secretaria de Saúde, assim como da Administração Indireta, deverão proceder com a atualização disposta no artigo 1º.
- § 3º Ficam excluídos do reajuste previsto neste artigo os servidores públicos enquadrados nos planos de cargos do quadro permanente do município de Caruaru/PE.
- **Art. 2º** Os valores da remuneração mínima dos servidores constarão de anotações procedidas pela Gerência de Atos de Pessoal e Folha de Pagamento da Secretaria de Administração, da Secretaria de Saúde e da Administração Indireta, nas respectivas fichas funcionais e com expressa referência a esta Lei.
- **Art. 3º** Para custear as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão utilizadas as dotações orçamentárias específicas na Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2023 e nas Leis Orçamentárias referentes aos exercícios subsequentes.
- **Art. 4º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio de 2023.

Câmara Municipal de Caruaru, Estado de Pernambuco, terça-feira, 16 de maio de 2023.

Vereador BRUNO LAMBRETA
Presidente



## Vereador LEONARDO CHAVES 1°Secretário

Vereador GALEGO DE LAJES **2ºSecretário** 

Autoria do Poder Executivo